

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 542.844 - SP (2019/0325661-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO** : **NICOLAS JOSÉ DA SILVA FREITAS**  
**ADVOGADOS** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
LUCAS MATHEUS MOLINA - SP329364  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental em *habeas corpus* (fls. 103/106) interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão de minha relatoria (fls. 60/86) que concedeu a ordem, de ofício, para fixar a reprimenda definitiva do ora agravado no novo patamar de 6 anos, 10 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 495 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

No presente recurso, o agravante alega que não há ilegalidade na exasperação da pena-base do agravado, pelo delito de tráfico de drogas, nos termos em que foi feita pelo Tribunal de origem. Isso, porque, dentro dos critérios da discricionariedade vinculada, com fulcro nas peculiaridades do caso em apreço, exasperou-se a pena-base na fração de 1/2 com fundamento na elevada quantidade de droga apreendida - 13 kg -, não se mostrando um aumento desproporcional.

Aduz que o Tribunal de origem também afastou a minorante do tráfico privilegiado de forma fundamentada, consignando para tanto que as circunstâncias do caso em apreço demonstram que o recorrido se dedica às atividades criminosas, não apenas com base na quantidade e qualidade da droga apreendida, mas em todo o contexto que envolveu a sua prisão em flagrante, inclusive, na apreensão concomitante de munições de arma de fogo de uso permitido.

Ao final, requer seja reconsiderada a decisão, ou que seja ela

# *Superior Tribunal de Justiça*

submetida ao colegiado da Quinta Turma, para que se dê provimento ao agravo no sentido de reformar o *decisum* singular, a fim de que seja concedida a ordem, de ofício, apenas para atenuar a pena imposta ao agravado em razão da confissão espontânea.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresentou contrarrazões recursais às fls. 114/115.

É o relatório.

**Decido.**

O presente agravo se encontra **prejudicado**.

O *Parquet* Federal se insurgiu contra os fundamentos da decisão de fls. 60/86, discordando do constrangimento ilegal verificado na primeira e na terceira etapas dosimétricas das penas do agravado e que levou à concessão de *habeas corpus*, de ofício.

Contudo, nesta data, foram acolhidos embargos de declaração com efeitos infringentes opostos pelo agravado, resultando na modificação parcial da fundamentação constante da decisão anterior.

Uma vez que este agravo se volta contra as razões de decidir de título judicial modificado, resulta patente a sua perda de objeto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o agravo regimental.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator